

Ética e regulamentação na pesquisa antropológica

Soraya Fleischer e Patrice Schuch [Orgs.]

Rosana Castro, Daniel Simões e Bruna Seixas [Colaboradores]

Brasília

2010

LETRAS  LIVRES

EDITORA

UnB

© 2010 LetrasLivres.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1ª edição – 2010 – 400 exemplares

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa promulgado pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Coordenação Editorial
Fabiana Paranhos e Sandra Costa

Revisão de Língua Portuguesa
Ana Terra Mejia Munhoz

Coordenação de Tecnologia
João Neves

Foto da Capa
Johan Hazenbroek
stock.xching

Preparação dos Originais e Revisão

Soraya Fleischer
Patrice Schuch
Rosana Castro
Daniel Simões
Bruna Seixas

Arte da Capa
Ramon Navarro

Editoração Eletrônica e Layout
Lilian Silva

Apoio financeiro

O projeto que deu origem a esta publicação foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) e pelo Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB).

Apoio para a realização do seminário Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Departamento de Antropologia (DAN), Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida (Laviver), Departamento de Sociologia (SOL) e Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Kátia Soares Braga (CRB/DF 1522)

Fleischer, Soraya. (Org.)

Ética e regulamentação na pesquisa antropológica / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: LetrasLivres : Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

Conteúdo: Esta obra é o resultado do evento "Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica", realizado na Universidade de Brasília em 12 e 13 de novembro de 2009. O livro mantém o formato de apresentação do evento e é dividido nas seguintes partes: Parte I: Panorama da discussão sobre ética em pesquisa na antropologia; Parte II: Experiências concretas com a regulamentação externa à pesquisa em antropologia e sociologia; Parte III: A perspectiva dos órgãos regulamentadores. Cada parte possui diversos capítulos seguidos de um comentário que debate as ideias neles contidas.

ISBN 978-85-98070-24-7
ISBN 978-85-230-1246-5

1. Pesquisa com seres humanos, aspectos éticos e morais. 2. Pesquisa em ciências sociais e humanidades, aspectos éticos e morais. 3. Pesquisa em antropologia. 4. Pesquisa em sociologia. 5. Pesquisa em saúde, análise comparativa. 6. Pesquisa social e qualitativa, aspectos éticos e morais. 7. Pesquisa com seres humanos, regulamentação – Brasil. 8. Órgãos de regulamentação em pesquisa – Brasil. 9. Comitês de ética em pesquisa – Brasil. I. Schuch, Patrice (Org.). II. Castro, Rosana (Colab.). III. Seixas, Bruna (Colab.). IV. Simões, Daniel (Colab.). V. Oliveira, Luis Roberto Cardoso de. VI. Fonseca, Claudia. VII. Bevilacqua, Ciméa Barbato. VIII. Schuch, Patrice. IX. Porto, Dora. X. Vieira, Fernanda Bittencourt. XI. Ferreira, Luciane Ouriques. XII. Lima, Raquel. XIII. Fleischer, Soraya. XIV. Diniz, Debora. XV. Guilhem, Dirce. XVI. Novaes, Maria Rita Carvalho Garbi. XVII. Amorim, Elaine. XVIII. Alves, Kênia. XIX. Schettino, Marco Paulo Fróes. XX. Bermúdez, Ximena Pamela.

CDD 174.93
CDU 179.7: 69

Todos os direitos reservados à Editora LetrasLivres, um projeto cultural da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
Caixa Postal 8011 – CEP 70.673-970 Brasília-DF
Tel/Fax: 55 (61) 3343.1731
letraslivres@anis.org.br | www.anis.org.br

A versão em PDF desta obra está hospedada para download gratuito no link: http://www.anis.org.br/arquivos_etica_antropologica.pdf.

A LetrasLivres é filiada à Câmara Brasileira do Livro.

Foi feito depósito legal.

Impresso no Brasil.

Sumário

APRESENTAÇÃO: ANTROPOLOGIA, ÉTICA E REGULAMENTAÇÃO

Soraya Fleischer e Patrice Schuch.....09

PARTE I: PANORAMA DA DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA EM PESQUISA NA ANTROPOLOGIA

1. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas
Luis Roberto Cardoso de Oliveira.....25
2. Que ética? Que ciência? Que sociedade?
Claudia Fonseca.....39
3. Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedimentos contextuais
Ciméa Barbato Bevilaqua.....71
4. Comentário: Multiplicando perspectivas e construindo verdades parciais
Patrice Schuch.....91

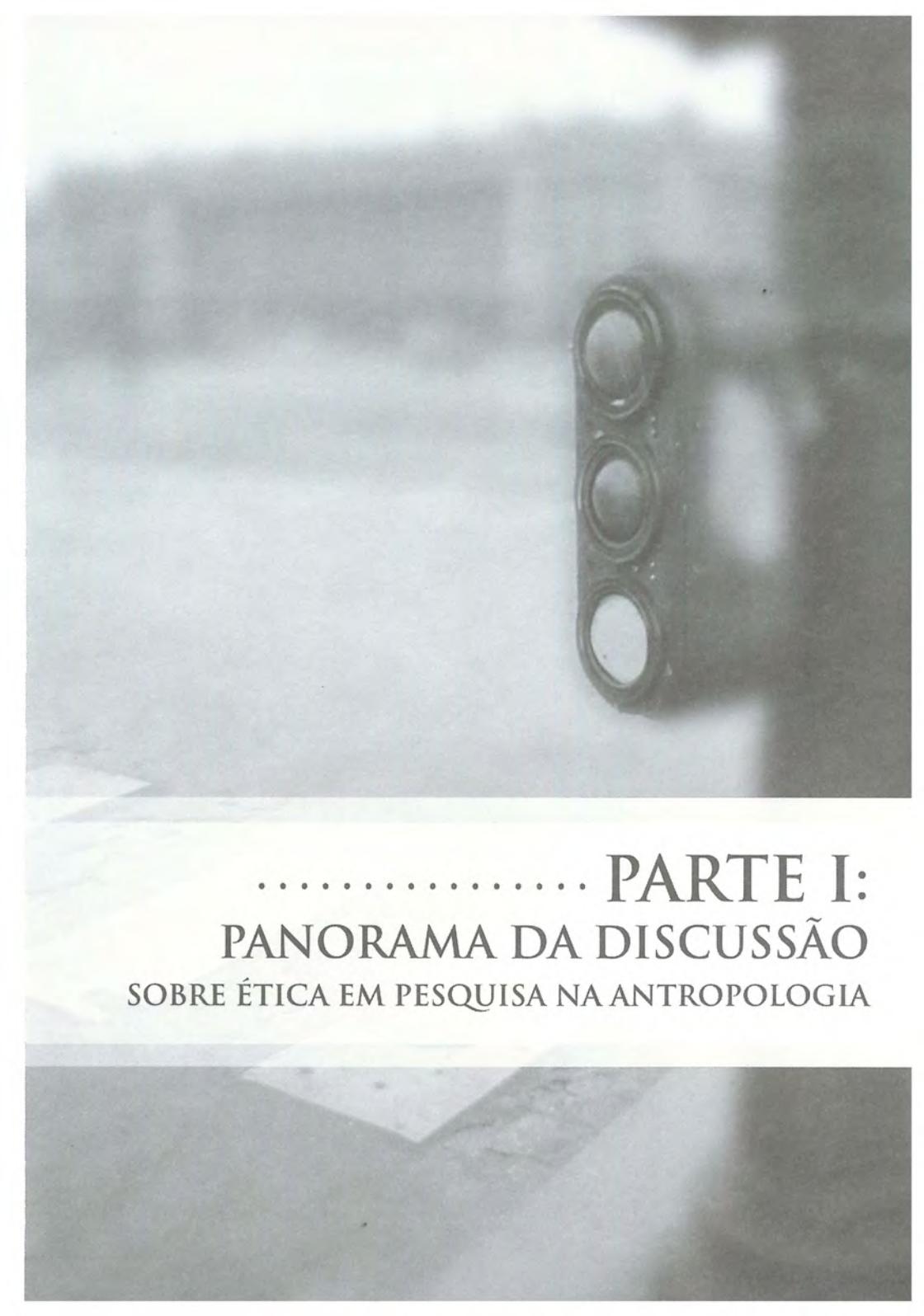
PARTE II: EXPERIÊNCIAS CONCRETAS COM A REGULAMENTAÇÃO EXTERNA À PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA

1. Relato de uma experiência concreta com a perspectiva das ciências da saúde: construindo o *anthropological blues*
Dora Porto.....101
2. Desencontros e descaminhos de uma pesquisa sociológica em um hospital público
Fernanda Bittencourt Vieira.....127
3. A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo
Luciane Ouriques Ferreira.....141
4. Até onde funciona? Uma breve reflexão sobre a atuação dos comitês de ética em pesquisa no estudo antropológico em saúde
Raquel Lima.....159
5. Comentário: "Para quem os antropólogos falam?"
Soraya Fleischer.....171

PARTE III: A PERSPECTIVA DOS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES

1. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil
Debora Diniz.....183
2. A ética na pesquisa antropológica no campo pericial
Elaine Amorim, Kênia Alves e Marco Paulo Fróes Schettino.....193
3. Ética e pesquisa social em saúde
Dirce Guilhem e Maria Rita Carvalho Garbi Novaes.....217
4. Comentário: Métodos, regulação e multidisciplinaridade nos comitês de ética em pesquisa
Ximena Pamela Bermúdez.....237

SOBRE OS AUTORES E COLABORADORES.....243



..... PARTE I:
PANORAMA DA DISCUSSÃO
SOBRE ÉTICA EM PESQUISA NA ANTROPOLOGIA

COMENTÁRIO

Multiplicando perspectivas e construindo verdades parciais

Patrice Schuch

No ano de 2009, os professores concorrentes ao edital do Programa de Iniciação Científica (ProIC), lançado pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB), foram surpreendidos com uma exigência: a necessidade de preencher um formulário eletrônico em que uma das perguntas-chave em termos de procedimentos a serem seguidos para efetivar a inscrição era justamente se a pesquisa envolvia seres humanos. No formulário, um espaço reduzido de cerca de meia página destinava-se ao preenchimento, pelo professor, com o resumo de seu projeto de pesquisa, ao passo que, caso o pesquisador marcasse a opção de que a pesquisa envolvia seres humanos, uma longa lista de itens referentes às obrigações de regulamentação ética do projeto necessitava ser incorporada. Entre esses itens, destaco: o consentimento livre e esclarecido a ser aplicado aos pesquisados ou a justificativa para o seu não uso, o questionário que subsidiaria as entrevistas a serem realizadas na pesquisa, as autorizações formais das instituições em que o estudo seria conduzido e o laudo positivo emitido por qualquer comitê de ética em pesquisa do Distrito Federal (incluindo-se aqueles próprios da UnB)

ou o número do processo do encaminhamento do projeto para tais organismos de regulamentação ética.

Com um projeto de pesquisa já legitimado pela avaliação de pares realizada em razão do financiamento pelo CNPq (por sinal, mesma instituição de financiamento das bolsas de iniciação científica geridas pela UnB), deparei-me com a possibilidade de ter que detalhar o não uso de certos procedimentos que considerava questionáveis a partir de meu campo de trabalho e tradição disciplinar – como o consentimento livre e esclarecido – e outros que, além de não abarcarem a complexidade metodológica proposta em meu projeto de pesquisa, conduziam a uma objetivação da metodologia de forma restrita ao questionário de entrevista. Também a necessidade de incorporação do questionário já na inscrição para o ProIC me soava estranha, na medida em que eu entendia que a incorporação de jovens estudantes à pesquisa, através das bolsas de iniciação científica, significava um aprendizado na elaboração e condução da própria pesquisa. O mais absurdo, sob meu ponto de vista, é que pouco havia de espaço para escrever sobre o conteúdo e as especificidades de meu projeto de pesquisa; porém, muito espaço era previsto para apresentar certos documentos ou justificativas acerca da não utilização de procedimentos hegemônicos na regulamentação ética, mas pouco legitimados no campo da antropologia brasileira.

Formalmente, para ter acesso às bolsas de iniciação científica, eu deveria explicar a inconformidade dos procedimentos de minha pesquisa com um padrão que se constituía, pela agência do formulário, em geral e absoluto, em relação ao qual todos deveriam se dirigir, prestar contas, justificar-se, comparar-se e definir-se. Nesse caso, acredito que as possíveis justificativas para o não uso de procedimentos definidos como padrões na regulamentação ética das pesquisas não podem ser encaradas como brechas ou fissuras a partir das quais movimentos são possíveis, mas sim como mecanismos de *interpelação* (Althusser, 1985), partes de um processo especular realizado em nome de um *sujeito absoluto* que ocupa o lugar do *centro* e interpela ao seu redor uma infinidade de indivíduos como sujeitos.

Por ter vivenciado essa experiência singular e percebido, em conversas com colegas sujeitados às mesmas requisições, que havia uma pluralidade nos modos de

percepção de tais regulamentações e nos encaminhamentos para seu enfrentamento, parecia-me frustrante encerrar o debate provocado por tal situação na própria burocracia institucional. Pois, para minha maior surpresa, todos os projetos de pesquisa dos professores do Departamento de Antropologia foram aprovados, não obstante a variedade de respostas ao item acerca do envolvimento de seres humanos nas pesquisas – o que obviamente todos teríamos – e as diversas soluções encontradas em relação ao uso ou justificativa para a não apresentação do consentimento livre e esclarecido, da autorização de instituições envolvidas na pesquisa, do questionário de entrevistas, etc.

A ideia do seminário Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica originou-se, em grande parte, dessa situação, que compartilhei com Soraya Fleischer, colega de sala e de ansiedades quanto à falta de debates envolvendo a relação entre ética e novos procedimentos de regulamentação das pesquisas. Fiquei, portanto, muito satisfeita com o resultado das discussões e, especialmente, por ter a oportunidade de encontrar em cada texto presente neste livro uma ampliação de perspectivas para a promoção do debate em torno dessa tensa relação. Acredito que o diagnóstico feito por Ribeiro (2004) de uma antropologia brasileira que cresce e se diversifica, assim como seus cenários e demandas de trabalho, conjuga-se com a realidade contemporânea das novas regulamentações advindas do campo biomédico. A tarefa premente neste momento é de enfrentarmos os novos desafios dessa dupla complexidade, e acredito que os três capítulos resultantes da mesa Panorama da Discussão sobre Ética em Pesquisa na Antropologia, parte do referido seminário, iluminaram aspectos importantes. Entre as várias perspectivas trazidas pelos autores, destaco a relevância da problematização da relação entre ética e procedimentos de regulamentação da pesquisa à luz de duas dimensões: concepções sobre ética, ciência e sociedade; e especificidades da antropologia e sua vocação.

No que diz respeito ao sentido atribuído à relação entre ética, ciência e sociedade, Fonseca, neste volume, sabiamente confrontou duas perspectivas de ética, com equivalentes diferenciações do sentido da ciência no tocante à sociedade. A primeira perspectiva entende a ética como

um domínio dos especialistas da moral, que se relaciona com uma noção legalista da ética como conjunto de regras e preceitos valorativos a serem seguidos por indivíduos ou grupos. A segunda perspectiva concebe a ética como um fórum de comunicação e de deliberação democrática, reconhecendo, portanto, a possibilidade de participação de atores diversos, situados e posicionados diferentemente nas discussões acerca de princípios e procedimentos de ação. Estes envolvem mais do que definições técnicas, sendo eminentemente vinculados com uma dimensão política, contextual e, portanto, mutável no sentido da permanente relativização de certezas duradouras.

Admitir a segunda perspectiva significa considerar que o debate sobre ética é indissociável da reflexão sobre a ciência e sua inserção social. Após uma longa história de existência das ciências e sua consolidação, hoje sabemos que, longe de haver uma autonomia completa das ciências perante a sociedade, os saberes científicos são sempre parciais, provisórios e frutos de embates sociais sobre o que pesquisar, em que grupos e de que forma. Todas essas questões constroem o que será constituído como "científico" e passará a constar como enunciado da verdade. Como já referiu Nietzsche (1998) há muito tempo, noções como "puro sujeito do conhecimento", "conhecimento em si" e "razão pura" dependem de um "olho" que não pode ser absolutamente imaginado, um olho voltado para nenhuma direção, no qual as forças ativas e interpretativas que fazem com que ver seja "ver-algo" estejam imobilizadas e ausentes. Se pensarmos sob esse ponto de vista, a discussão sobre a regulamentação ética das pesquisas não se restringe aos comitês de ética das universidades, mesmo com suas valiosas e imprescindíveis contribuições. Envolve, também, debates sociais muito mais amplos. Silenciar, nesse debate, é tomar posição: fechar os "olhos".

Como já anunciaram tanto Cardoso de Oliveira quanto Bevilaqua neste livro, a antropologia nunca se furtou ao debate sobre ética, mas talvez esteja em tempo de considerarmos novas nuances em torno dessa discussão. Como afirmou Cardoso de Oliveira neste volume, os espaços de trabalho do antropólogo se multiplicaram nos últimos anos no Brasil, expandindo-se para além do campo acadêmico propriamente dito. Ribeiro (2004),

em texto sobre o assunto, destaca que a realidade estadunidense é expressiva nesse sentido, pois a maior parte dos antropólogos e antropólogas nesse país não trabalha em universidades. No Brasil, importa considerar não só a crescente pluralização dos espaços de trabalho de antropólogos e antropólogas, mas também a multiplicação das próprias perspectivas intelectuais envolvidas na concepção do que é a tarefa antropológica por excelência e a especificidade da antropologia.

Propostas de revisão da tarefa antropológica clássica de mapeamento da diversidade, promoção do respeito à diferença e construção da nação clamam para o direcionamento de uma antropologia que não se defina como mentora da democracia, mas que se faça a partir da interlocução negociada e efetivada através da prática política, com nossos verdadeiros interlocutores (em oposição a informantes), o que exige uma participação pública para além, inclusive, dos limites de nossa "corporação" (Velho, 2008). Outras revisões da tarefa antropológica no Brasil, como aquela realizada por Ramos (2007), especialmente voltada para o campo de estudos sobre povos indígenas, salientam a necessidade de um deslocamento no papel do antropólogo: do "engajamento" ao "desprendimento". Tal deslocamento visa acompanhar o processo de autoconstrução dos sujeitos indígenas que tomam para si a defesa de seus direitos e passam a estipular condições e normas para atividades de pesquisa. Nesses termos, Ramos (2007) prevê a apropriação, pelos sujeitos indígenas, não apenas do papel de atores políticos, mas também das etnografias. Isto é, a produção de autoetnografias seria uma possibilidade iminente no campo da antropologia brasileira, o que também diversificaria o perfil dos pesquisadores e redimensionaria o próprio produto antropológico. Tais pesquisadores estariam mais interessados na autorrepresentação a partir de uma perspectiva política, o que marcaria significativamente a escolha dos tópicos, estilos e públicos-alvo das etnografias.

Influenciadas, inclusive, por uma ampliação do próprio escopo de universos e temas abarcados pelos estudos antropológicos, essas propostas de revisão podem ser percebidas não apenas no Brasil, mas também no campo de uma antropologia "central". Marcus (2008), escrevendo sobre a incorporação de pesquisas antropológicas em áreas

como Estado, ciência, medicina, direito e finanças, salienta que as análises nesses espaços não devem se restringir a um melhor conhecimento das práticas e sentidos tecidos em tais dimensões, numa mera acumulação de conhecimento; podem, na realidade, servir para refuncionalizar a etnografia como uma “performance de mediações” e de perspectivas entre atores reflexivos capazes de desempenhar seus papéis “paraetnográficos” de interpretação e estabelecimento de relações. Para Marcus (2008), é preciso modelar a etnografia a partir de relações politizadas de colaboração e defini-la com base em novos espaços comunicativos, na interseção com outros saberes. Em sentido semelhante, embora mais atenta às propriedades de *posição* e de *situação* na produção de conhecimento, Haraway (1995) propõe a noção de uma antropologia que não se contente com a ampliação do conhecimento sobre o “eu” e o “outro”, mas que se esforce para ampliar as redes de conexão através do que chama de “conversas carregadas de poder”.

Todas essas revisões e propostas de revitalização da tarefa antropológica transmitem algo importante que, sob meu ponto de vista, precisa ser lembrado nas discussões sobre ética e procedimentos de regulamentação de pesquisas: a maneira de estabelecer formas e critérios de regulamentação implica concepções específicas não apenas sobre ética, ciência e sociedade, mas também sobre os próprios grupos abarcados pelos estudos. É muito interessante constatar que, exatamente quando a antropologia revê com seriedade seus modos de construção de representações sobre o outro (Marcus; Clifford, 1986; Marcus; Fischer, 1986), problematiza esse outro como resultante de um projeto disciplinar hegemônico colonizador (Abu-Lughod, 1991; Bhabha, 1998; Said, 1989) e renova seu potencial a partir das possibilidades de produção de autoetnografias (Ramos, 2007) e de interlocução com paraetnógrafos (Marcus, 2008), sejamos interpelados por procedimentos de regulamentação que impõem uma definição dos sujeitos pesquisados feita, eminentemente, a partir da noção de sua potencial vulnerabilidade.

Nesse aspecto, vale também recordar uma questão suscitada pela contribuição de Bevilaqua neste volume: a complexidade de certas pesquisas que colocam o antropólogo no cruzamento entre grupos com universos sociais e simbólicos diferenciados, o que provoca tensão

em termos do estabelecimento de cumplicidades entre os vários sujeitos participantes da pesquisa e o próprio pesquisador. Outra dimensão a ser considerada, para fins de suscitar o debate em relação aos procedimentos éticos de pesquisa, diz respeito à própria diversidade de gênero, raça/etnia e outros atributos diferenciadores de sujeitos concebidos como participantes de um mesmo grupo ou comunidade estudada. Na medida em que nenhum grupo ou comunidade é homogêneo, permanece a possibilidade de que haja interesses divergentes que o pesquisador ou pesquisadora tenha que considerar durante o trabalho de campo e a escrita etnográfica.

Tendo em vista tanta complexidade, torna-se difícil identificar padrões de regulamentação ética universalizáveis, e faz sentido a diferenciação proposta por Bevilaqua entre princípios e procedimentos éticos, bem como o refinamento feito pela autora das distinções das esferas de regulamentação que, situadas em planos diferentes, mas reciprocamente implicados, condicionam o trabalho de pesquisa antropológica. A noção do trabalho antropológico como um "multiverso", como propõe Bevilaqua, pressupõe a existência de vários níveis de consideração ética que não podem, portanto, ser reduzidos a uma "superfície plana". Embora perspectivas diferenciadas tenham sido apontadas a partir dos capítulos de Fonseca, Cardoso de Oliveira e Bevilaqua – por exemplo, a suficiência da diferenciação entre pesquisas *com seres humanos* e *em seres humanos* –, cabe salientar uma unanimidade evidente: a de que as reflexões sobre a ética em antropologia não se reduzem ao trabalho de campo, mas o transcendem, na medida em que implicam concepções sobre o papel político e crítico dessa própria ciência. Como as recentes revisões e propostas de redimensionamento têm apontado, vale a pena investir numa antropologia que não apenas reconheça ou respeite a alteridade, mas também produza a partir dela novos coletivos, numa composição de forças e fluxos. Multiplicando perspectivas e situando-as com base em seus espaços de enunciação, a "verdade" que aparece como única subitamente se pluraliza. O "olho de lugar nenhum" transforma-se em um "olho situado", localizado e não transcendente. Um olho que tem responsabilidades e que deve ser comprometido por estas, uma vez que também está implicado na produção das verdades parciais.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L. Writing against culture. In: FOX, R. (Ed.). *Recapturing anthropology: working in the present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 137-162.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BHABHA, H. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: _____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 105-128.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- MARCUS, G. El o los fines de la etnografía: del desorden de lo experimental al desorden de lo barroco. *Revista de Antropología Social*, v. 17, p. 27-47, 2008.
- MARCUS, G.; CLIFFORD, J. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- MARCUS, G.; FISCHER, M. J. *Anthropology as cultural critique*. Chicago: Chicago University Press, 1986.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RAMOS, A. Do engajamento ao desprendimento. *Série Antropologia*, n. 414, p. 1-27, 2007.
- RIBEIRO, G. L. Prefácio. In: VÍCTORA, C. *et al.* (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 9-12.
- SAID, E. Representing the colonized: anthropology's interlocutors. *Critical Inquiry*, v. 15, n. 2, p. 205-225, 1989.
- VELHO, O. A antropologia e o Brasil, hoje. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 5-9, fev. 2008.